



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

COMUNICADO DE IMPRENSA

15 DE NOVEMBRO DE 2018

OSC moçambicanas acusam o Reino Unido e outros doadores de não estarem comprometidos com a boa governação em Moçambique ao não responsabilizarem as partes responsáveis pela dívida secreta de 2,3 mil milhões de dólares.

(Maputo, 15 de Novembro de 2018) Um grupo de organizações da sociedade civil moçambicana vê a decisão da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA, sigla em inglês) de não prosseguir com sanções criminais contra o banco Credit Suisse pelo seu papel na dívida inconstitucional e ilegal de US \$ 2,3 mil milhões de Moçambique como evidência adicional de que a comunidade internacional não responsabiliza os seus próprios bancos que são responsáveis por esta dívida.

Agora questionamos a sinceridade do Reino Unido e de outros doadores e duvidamos do seu real compromisso para com a boa governação em Moçambique. A comunidade internacional responsabiliza unicamente o povo e a liderança moçambicanos por esta dívida e exonera os que estão por detrás dela.

A decisão tomada pelo órgão de fiscalização do Reino Unido é consistente com várias organizações internacionais e agências doadoras que pararam de exigir transparência no caso de dívidas ocultas. O nosso entendimento é que existe uma intenção clara de branqueamento do escândalo das dívidas ocultas, como um meio de assegurar benefícios para os credores e condenar o

povo de Moçambique à miséria perpétua. A sociedade civil moçambicana não pode aceitar tal injustiça.

Claramente, o governo moçambicano foi uma das partes na dívida, mas foi instigado e a dívida viabilizada pelos credores nos países doadores que não são afrontados por agências internacionais e doadores que só culpam os moçambicanos. A sociedade civil irá, agora, abordar directamente os reguladores, as Nações Unidas e o G20 para buscar apoio.

Este Comunicado é emitido por cinco organizações proeminentes da sociedade civil, incluindo uma coligação de OSC que se preocupam com a gestão de finanças públicas (GFP), desenvolvimento socio-económico e rural, transparência e prestação de contas. São elas: Centro de Integridade Pública (CIP), Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e Mulher e Lei na África Austral (WLSA) e Observatório do Meio Rural (OMR).

O jornal londrino Financial Times (FT, 11/11/2018) informou que "o órgão de fiscalização do Reino Unido informou

ao banco que reduziu o caso para uma investigação regulatória". Entende-se que as sanções máximas para tais investigações são sanções meramente administrativas, incluindo multas. As sanções administrativas são inadequadas, dada a complexidade e gravidade das alegações contra o Credit Suisse e seus ex-funcionários. Acreditamos que o Credit Suisse (juntamente com o VTB, o BNP Paribas e o Governo de Moçambique) é cúmplice na criação de uma crise da dívida soberana em Moçambique. O fracasso em tomar medidas contra o antigo banqueiro do Credit Suisse, Andrew Pearse, que foi responsável pelas negociações da dívida soberana e que, depois, se juntou aos fornecedores que beneficiaram dos empréstimos ilegais, sugere que a conduta ilegal, imoral e negligente não foi apenas de funcionários desonestos do banco, mas, sim, parte da cultura sistémica do Credit Suisse.

Também esperávamos que a Autoridade de Conduta Financeira (FCA) do Reino Unido conduzisse um processo transparente e concedesse às partes afectadas, incluindo à sociedade civil moçambicana e ao Parlamento, uma oportunidade de apresentar reclamações sobre o caso do Credit Suisse. Qualquer processo que não inclua a participação da sociedade civil moçambicana não é satisfatório para milhões de moçambicanos, cujo futuro fica comprometido pela conduta do Credit Suisse. O sigilo em torno da investigação, bem como em torno da dívida ilegal, sugere que os objectivos da investigação da FCA são limitados e não abordarão falhas sistémicas com a conduta do Credit Suisse em Moçambique e possivelmente em outros países.

Riscos de empréstimos Eurobond

A conduta do Credit Suisse (em concertação com as autoridades moçambicanas) ressalta os riscos levantados pelos crescentes empréstimos em Eurobonds pelo Global

Systematic Important Banks (GSIBs) em países emergentes e em desenvolvimento.

O desequilíbrio de poder entre os GSIBs e os países pobres e em desenvolvimento significa que os cidadãos de países como Moçambique dependem de reguladores internacionais para identificar e enfrentar a falta de responsabilidade e de transparência dos GSIBs.

A decisão da FCA de reduzir a acusação contra a conduta do Credit Suisse - dez anos depois da Crise Financeira Global causada por má gestão de risco pelos Bancos - sugere, também, que a FCA ainda não aprendeu as lições da Crise Financeira.

A nossa avaliação é que os processos inadequados de risco e de conformidade do Credit Suisse, que contribuíram para a Crise da Dívida de Moçambique, são sistémicos e abrangem todo o banco. A nossa expectativa é que os reguladores sejam mais rigorosos e busquem sanções firmes para garantir que as fraquezas nos controlos internos do Credit Suisse sejam devidamente resolvidas.

Além disso, outra crise da dívida (novamente impulsionada por credores privados) está iminente e está já a tornar-se uma realidade em países em desenvolvimento. Portanto, a falta de sanções à conduta do Credit Suisse contribuirá para manter o comportamento predatório desse banco, promover instabilidade no sistema financeiro e desencorajar pedidos e concessão empréstimos responsáveis.

A sociedade civil moçambicana está desiludida com o facto de os reguladores estarem a tratar o caso da dívida ILEGAL de Moçambique, diferentemente do Fundo 1MDB da Malásia - onde são aplicadas sanções penais contra os banqueiros do Goldman Sachs. Além disso, notamos que os relatórios provenientes do 1MDB serão rastreados e, provavelmente, devolvidos à Malásia.

Acção a realizar

Os signatários deste comunicado irão contactar a ONU e o G20, através da Argentina (como actual detentor da presidência do G20 e o Japão como próximo detentor da presidência deste grupo) para apresentar as suas preocupações de que a conduta dos Reguladores pode não apoiar a Agenda pós-Financiamento para o Desenvolvimento (FFD), conforme o Plano de Acção de Addis Abeba.

Também abordaremos os reguladores e governos no Reino Unido, na Suíça e nos Estados Unidos, pois acreditamos que o Credit Suisse e outros bancos possam estar violando os padrões do Grupo de Acção Financeira (FATF (sigla em inglês) contra a lavagem de dinheiro. A falta de acção correctiva apropriada só pode expor o sistema financeiro internacional e, por extensão, a economia global e os vários países, a maior vulnerabilidade.

Continuaremos a apelar a acções domésticas em Maputo – já abordámos o Parlamento e o Conselho Constitucional questionando a legalidade da dívida de Moçambique. Continuaremos a mobilizar a sociedade civil contra dívidas ilegais. A nossa esperança era que os reguladores globais fossem solidários com o povo moçambicano e usassem os seus poderes estatutários para responsabilizar as partes envolvidas.

Apelamos a outras organizações da sociedade civil (OSCs) noutros países em desenvolvimento para que permaneçam vigilantes à medida que os seus países contratam mais empréstimos de credores privados. A conduta do sector privado pode representar o maior risco para a prosperidade das nossas nações e povos. É decepcionante saber que os países em desenvolvimento já não podem contar com um regulador para proteger os nossos países de práticas de empréstimos predatórios.

Para esclarecimentos, por favor contactar:

Thomas Selemane, OMR, thomselemane9@gmail.com; 00 258 82 42 84 050

Edson Cortez, CIP, edcortez@gmail.com; 00 258 84 95 51 701

Jorge Matine, FMO, jorgematine.jm@gmail.com; 00 258 84 67 17 432